

A GESTÃO NEOLIBERAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS: CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DE MARK FISHER

Ednei de Genaro¹

A abolição do *otium* e a transformação da escola em espaços constituintes e integrados ao *negotium* é um problema enraizado na própria gênese das escolas públicas na modernidade. Fato que assinalou o paradoxo de sua origem no mesmo ato de destruição do seu sentido autêntico, ou seja, da escola (*scholé*) como o lugar do tempo livre, de retiro, do repouso; em outras palavras, do tempo disponível à ocupação intelectual, aos estudos científicos diversos, à filosofia e à política. A dimensão do *negotium* em ambiente escolar se transfigurou e agravou com o modelo de gestão neoliberal introjetado no nível psicossocial das vivências e relações públicas.

Sobre esse novo espírito capitalista, em 2009, Mark Fisher publicou um livro seminal – *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo* (Fisher, 2017) – para a compreensão e atualização, no contexto do século XXI, da “lógica cultural do capitalismo tardio”, tal como Fredric Jameson preconizou, em 1991, na obra *Pós-modernismo: a lógica cultura do capitalismo tardio* (Jameson, 1997). Fisher foi professor em instituições públicas de ensino na Inglaterra, lecionando em universidades, e em programas de “educação continuada” (*further education*), oferecidos a qualquer pessoa maior de 16 anos que deseje realizar cursos diversos de aperfeiçoamento ou obtenção de novas habilidades de trabalho; ou seja, no mais das vezes, um programa de especialização e de reciclagem da classe trabalhadora do país. Em sua referida obra, tais experiências enquanto profissional da educação constituem exemplos diversos e emblemáticos da cultura contemporânea. A partir disso, o presente estudo acadêmico buscou recuperar as fecundidades e sofisticações das respostas de Fisher sobre o estado psicossocial realista capitalista da cultura neoliberal, tendo em vista, bem particularmente, as questões e problemas referentes à escola pública, onde parece ser mais fácil imaginar o fim das escolas públicas do que o fim do gerencialismo de autoculpabilização dentro delas.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Professor de Educação na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Tangará da Serra. Email: ednei.genaro@unemat.br

Segue a resposta de Fisher ao mito da descentralização como fim da burocracia, prescrevendo a própria definição do modelo neoliberal de gestão escolar:

O fato que medidas burocráticas tenham se intensificado sob governos neoliberais que se apresentam como antiburocrático e antiestalinista pode, a princípio, parecer um mistério. No entanto, viu-se, na prática, proliferar uma nova forma de burocracia – uma burocracia de ‘objetivos’, dos ‘resultados esperados’, das ‘declarações de princípio’ – ao mesmo tempo em que ganha força a retórica neoliberal sobre o fim do comando vertical e centralizado. Pode parecer que essa volta da burocracia é algo assim como um retorno do reprimido, ironicamente reemergindo no coração de um sistema que jurou destrui-lo. Mas seu triunfo no neoliberalismo é bem mais que um atavismo ou uma anomalia (Fisher, 2020, p. 72).

Nem atavismo e nem anomalia sociais, mas, sim, uma ordem constituída: o “stalinismo de mercado”. De forma sutil, a burocracia reemerge com novas técnicas e se intensifica. “A avaliação periódica dá lugar a uma avaliação permanente e onipresente, que não pode deixar de gerar uma ansiedade perpétua” (p. 87), ao impor “[...] à força a responsabilidade ética individual que a estrutura empresarial desvia” (p. 116). Assim, a responsabilização é sempre quanto às tarefas e processos dos indivíduos, nunca da estrutura ou da instituição. Por meio disso, altera-se a lógica de conservação de estruturação e metabolização simbólica das classes sociais, com base em dois clichês dominantes: culpar a estrutura é apenas desculpa invocada pelos fracos – o “choro dos fracos”; cada indivíduo deve dar o máximo de si para se tornar aquilo que aspira a si – o “voluntarismo mágico”, sendo esses, como escreve Fisher, “[...] a ideologia dominante e a religião não oficial da sociedade capitalista contemporânea [...]” (p. 140), que esculpem a mentalidade capitalista. Os mecanismos individuais de avaliação e autoculpabilização são a chave para se gerir, conservar e desresponsabilizar a ordem institucional, mantendo seus vícios e defeitos, inclusive nos “espaços de lazer e tempo livre”, as escolas. Tudo se conserva, engolindo todos na epidemia da cultura de auditorias internas e externas, por ranqueamentos, classificações e titulações infinitas de produtividade, alimentados por dados, informações e processos compostos e insertados nos sistemas enquanto o âmago do trabalho educacional. O delírio psicológico burocrático é tanto uma violência à saúde mental dos profissionais de educação quanto a destruição de espaços coletivos e deliberativos, como colegiados de instituições de

ensino, que se transformam em reuniões de *feedbacks*, e de espaços formativos, que se tornam treinamentos.

O gerencialismo de autoculpabilização é a perda do sentido de gerência coletiva. A descentralização e a competição entre os pares são meios para controle e despotencialização do coletivo subordinado. A precarização do educador, por meio de contratos temporários e sobrecarga de trabalho, arremata a condição de informalidade causal e autoritarismo silencioso que pairam sobre as cabeças dos trabalhadores. Em resumo, uma trapaça. “As metas rapidamente deixam de ser um meio para avaliar e tornam-se a finalidade em si” (p. 77), a fim de que continuamente se repita o universo quantitativo de “valorização dos símbolos dos resultados, em detrimento do resultado efetivo” (p. 76).

A ilusão de muitos que entram nas funções de gerência, com grandes esperanças, é precisamente de que eles, os indivíduos, podem mudar as coisas, que não vão repetir o que seus gerentes fizeram, que as coisas serão diferentes desta vez. Mas basta prestar atenção a qualquer um que tenha sido promovido a um cargo gerencial para perceber que não demora muito tempo para que a petrificação cinza do poder comece a engoli-lo. É aqui que a estrutura é palpável: pode-se praticamentevê-la absorvendo e tomando conta das pessoas, ouvir os juízos moribundos/mortificantes da estrutura sendo vocalizados através delas. (p. 115-6).

A incerteza ontológica e a lógica falaciosa do gerencialismo de autoculpabilização são estratégias de adaptação e ruína da saúde mental dos educadores. Em termos deleuzianos e kafkianos, isto é, nas condições atuais de poder cibernetico e distribuído das sociedades de controle, as aflições, os problemas e dilemas coletivos, tratados como assuntos individuais, são submetidos a uma “postergação indefinida”: o processo se prolonga, sem fim; as aflições, problemas e dilemas nunca se resolvem; pelo contrário, são resguardos por “policlaimentos internos” e atarefamentos exaustivos, que agora se levam para casa. Uma experiência de poder dominante que liquida a ideia de ponto central de comando. E um sistema que se quer sem “operadora central”, como previu Kafka (2005), em *O processo*. Em última instância, em caso de altercação sobre o poder e a responsabilidade, o procedimento geral é de denegação e anunciação de um “grande Outro”: “o superior que cuida disso, desculpa”. No máximo, a responsabilidade

recairá sobre “[...] os indivíduos patológicos, aqueles que ‘abusam do sistema’, e não o próprio sistema” (p. 116).

Os sofrimentos e a paralisia psíquica dos professores são deliberadamente cultivados e tratados como “fatos naturais” e privados. As deteriorações da psique, da cultura, da educação e do trabalho têm obviamente razão para existir, a saber: permitir a submissão fatalista das pessoas. Ora, o descontentamento privatizado, a sorte de pelo menos ter um emprego e a aceitação de que as coisas vão piorar são propositados e explicam historicamente a destruição do “estado bem-estar social” a partir da ascensão do discurso neoliberal contra a classe trabalhadora.

Nosso estudo acadêmico procura, pois, realizar aprofundamentos acerca das questões, dos argumentos e provocações de Fisher, na perspectiva da escola pública. Há motivos de sobra para se engatar neste sentido, levando em conta o contexto brasileiro. De 2009 a 2024, foram os autoritarismos fascistas e neoreacionários que se desenvolveram no mundo todo, inclusive no Brasil, inclusive dentro das escolas públicas, com os projetos cívico-militares, entregando uma compleição moribunda às democracias e as faces mais violentas do zumbi neoliberal, ao escancarar a subordinação do Estado ao capital e ao manter monopólios e oligopólios como antimercados e espaços de articulação fascistas...

Referências:

- Fisher, Mark. *Realismo capitalista*: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- James, P. D. *Filhos da esperança*. São Paulo: Editora Aleph, 2023.
- Jameson, Fredric. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- Kafka, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Žižek, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.